

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2024
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2024

1. PREÂMBULO:

1.1. O **MUNICÍPIO DE MONDAÍ**, inscrito no CNPJ sob nº 83.028.415/0001-09, torna público o presente Termo de Inexigibilidade para a prestação dos serviços constantes no **item 04 – OBJETO**, de acordo com o art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, diante das condições e do fundamento legal expressos no presente.

1.2. Participa a seguinte Unidade Gestora:

a) Município de Mondai – CNPJ: 83.028.415/0001-09.

1.3. Integram o presente Termo de Inexigibilidade, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo I: Termo de Referência;

Anexo II: Minuta do Contrato;

Anexo III: Declaração inexistência de impedimentos;

Anexo IV – Declaração art. 63, IV – PcD e reabilitado da Previdência Social;

Anexo V– Extrato do Termo de Inexigibilidade;

Anexo VI – Documentos de Habilitação;

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. O presente Termo Inexigibilidade encontra fundamentação legal no art. 74, inciso III, alínea c) e f), da Lei nº 14.133/2021 e alterações, que dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Nota-se que a hipótese de inexigibilidade de licitação, fundada no inc. III do art. 74 da Lei 14.133/2021, trouxe uma situação diferente, visto não exigir expressamente o requisito da singularidade, antes existente na Lei 8.666/93, sobre o assunto, leciona Joel Menezes Niebuhr, in verbis¹:

Dito de outro modo, se o serviço é ordinário ou comum (não singular) e quaisquer profissionais ou empresas podem prestá-lo, não se visualiza a inviabilidade de competição, que é a premissa lógica de qualquer hipótese de inexigibilidade de licitação. Dessa forma, ainda que isto não esteja escrito de forma direta, a hipótese de inexigibilidade do inciso III do artigo 74 da Lei n. 14.133/2021 é sim condicionada e

¹ Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos / Joel de Menezes Niebuhr et al. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 1. 283p

depende de serviços singulares, e não encontra lugar para a contratação de serviços ordinários e comuns.

A lei de licitações das estatais (inciso II do artigo 30 da Lei n. 13.303/2016) já havia inovado ao não prever a hipótese de singularidade como condição para a inexigibilidade de licitação nesse caso, sobre tal dispositivo o TCU se posicionou:

A contratação direta de escritório de advocacia por empresa estatal encontra amparo no art. 30, inciso II, alínea "e", da Lei 13.303/2016, desde que presentes os requisitos concernentes à especialidade e à singularidade do serviço, aliados à notória especialização do contratado.²

Ainda, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, com base ainda na legislação anterior, mas que carrega nessa nova lei traços parecidos quanto a inexigibilidade, destaco o seguinte acórdão nº 2993/2018:

O **conceito de singularidade** de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 **não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade**. Dessa forma, **a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto**, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.

Sobre esse assunto, bastante controverso, prevê o mestre Marçal, em sua obra sobre a Nova Lei de Licitações³:

A eliminação da referência a “objeto singular” não implica negar a relevância das necessidades diferenciadas da Administração. A contratação direta, nas hipóteses do inc. III do art. 74, é autorizada por se tratar de atendimento a **necessidades peculiares da Administração**. Não se trata de ignorar a alteração redacional adotada pela lei 14.133/2021, mas de reconhecer que a inviabilidade de competição decorre de circunstâncias específicas e diferenciadas. Tais circunstâncias não se encontram apenas na prestação a ser executada, mas se relacionam com necessidades diferenciadas da Administração.

O eminente, Eros Roberto Grau⁴, pontua:

Singulares são porque **apenas podem ser prestados, de certa maneira e com determinado grau de confiabilidade, por um determinado profissional ou empresa [...]. Ser singular o serviço, isso não significa seja ele necessariamente o único**. Outros podem realizá-lo, embora não o possam realizar do mesmo modo e com o mesmo estilo de um determinado profissional ou de uma determinada empresa.

Com isso, é possível concluir que a hipótese prevista no inc. III do artigo 74 da Lei 14.133/2021, não depende da exclusividade do contratado, sendo cabível ainda que várias empresas tenham as condições necessárias para executar o contrato.

Analizado esse ponto bastante polêmico, passo a análise dos demais aspectos importantes da fundamentação.

Quanto ao requisito da notória especialização, a própria Lei 14.133/2021 nos traz o conceito:

² TCU, Acórdão nº 2761/2020, Plenário. Rel. Min. Raimundo Carreiro. Julg. 14/10/2020.

³ Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/2021/Marçal Justen Filho. –São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 284

⁴ GRAU, Eros Roberto. Inexigibilidade de licitação: serviços técnico-profissionais especializados: notória especialização. Revista de Direito Público – RDP, v. 25, n. 99, jul./set. 1991

Art. 74. [...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Ou seja, a notória especialização demanda obviamente de especialização, que pode ser entendida segundo Marçal⁵, como “na titularidade objetiva de requisitos que distinguem o sujeito, atribuindo-lhe **maior habilitação do que normalmente existe no âmbito dos profissionais que exercem a atividade**”.

E essa especialização pode ser comprovada através de titulações, serviços similares exitosos realizados anteriormente, premiações, etc.

Soma-se ainda a isso, a notoriedade, que é justamente o reconhecimento do profissional ou empresa no ramo, diante de sua qualificação, é a reputação por parte da própria comunidade profissional.

Por fim, pode-se concluir que o serviço técnico especializado, precede da junção de um serviço técnico, em que é necessário a aplicação de conhecimento teórico, que vai atingir determinado fim no mundo, sendo que deve ser especializado, ou seja, uma atividade em que é necessário a aplicação de conhecimento teórico, que demanda habilidades que não são comuns, ou realizados por pessoa ou até mesmo profissional “comum” da área.

Ainda, a alínea “f” do referido dispositivo trata do desenvolvimento de atividades técnicas de aperfeiçoamento dos agentes públicos. Não se incluem na revisão legal serviços de aperfeiçoamento desvinculadas das funções desempenhadas pelos agentes públicos. Deve haver um vínculo de pertinência entre o treinamento e a atividade desempenhada pelo agente que irá realiza-lo.⁶

Levando-se todo o exposto é possível concluir que a hipótese se amolda perfeitamente na situação prevista no art. 74, inciso III, alínea c) e f), da Lei nº 14.133/2021, visto que a empresa CRESCER TREINAMENTOS LTDA possui capacidade para prestar o serviço.

Além do mais, como forma de comprovação, será anexado ao procedimento documentos que comprovam a capacidade da empresa em prestar os serviços, por meio de certificados e atestados de capacidade técnica.

3. JUSTIFICATIVAS:

3.1. PARA CONTRATAÇÃO (INTERESSE PÚBLICO):

A necessidade de contratar uma empresa para prestar serviços de assessoria para a formulação de Planos municipais, planejamento de campanhas e assessoria ao Conselho Tutelar traz diversas vantagens que podem ser cruciais para o sucesso do projeto. Empresas especializadas possuem conhecimento aprofundado nas áreas em que atuam, com uma visão externa e imparcial, elas podem auxiliar na formulação de planos de ação mais eficazes, alinhando os objetivos da organização com as demandas que a secretaria possui.

A contratação de uma empresa especializada para a Secretaria de Assistência Social é, portanto, um investimento estratégico que pode resultar em melhorias significativas na

⁵ Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/2021/Marçal Justen Filho. –São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 286

⁶ Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos: Lei 14.133/2021/Marçal Justen Filho. –São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 980.

qualidade dos serviços prestados e na vida da população atendida. Os profissionais da assistência social frequentemente lidam com uma carga de trabalho intensa, atendendo um grande número de casos e demandas. A assessoria permite que eles deleguem a formulação de planos e estratégias, liberando tempo para o atendimento direto aos usuários. Com a formulação de planos e assessorias nas mãos de especialistas, os profissionais podem concentrar-se em suas funções primárias, como o atendimento, acompanhamento e suporte aos usuários, garantindo um serviço mais humano e eficaz.

Além disso, a contratação de profissional especializado, contribui para que os planos sejam eficazes, pois requerem análise de dados e informações complexas. Profissionais da assistência social podem não ter o tempo necessário ou a formação necessária para realizar essa análise com profundidade. Empresas especializadas trazem metodologias e ferramentas que garantem uma avaliação mais precisa das necessidades da comunidade. A assessoria ajuda a garantir que os planos sejam elaborados com rigor técnico e consistência, evitando falhas que poderiam comprometer a implementação. Isso resulta em intervenções mais eficazes e em melhores resultados para a população usuária dos serviços.

Outro ponto importante é que a assessoria especializada para profissionais que atuam na garantia dos direitos de crianças e adolescentes é de fundamental importância por diversas razões. As legislações que protegem os direitos de crianças e adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são complexas e em constante atualização. A assessoria ajuda os profissionais a se manterem informados sobre as mudanças e a aplicarem corretamente a legislação em sua prática. Muitas vezes, os profissionais precisam de capacitação contínua para lidar com situações específicas, como abuso, negligência ou situações de vulnerabilidade. Empresas especializadas podem oferecer treinamentos que aprimoram as habilidades e conhecimentos necessários para atender essas demandas. Em suma, a assessoria especializada fortalece a capacidade dos profissionais de garantir os direitos de crianças e adolescentes, contribuindo para intervenções mais eficazes e para um ambiente mais seguro e justo para essa população.

Por fim, o planejamento de campanhas de conscientização na assistência social é crucial para promover mudanças significativas e duradouras. Campanhas de conscientização ajudam a informar a população sobre os direitos e serviços disponíveis, capacitando indivíduos a buscar apoio e a entender melhor sua situação. Por este motivo o planejamento estratégico permite que as campanhas abordem questões específicas, promovendo mudanças de comportamento e atitudes em relação a temas como violência, abuso, inclusão e direitos humanos. Em resumo, o planejamento de campanhas de conscientização na assistência social é uma ferramenta poderosa para promover mudanças sociais, engajar a comunidade e fortalecer a atuação dos profissionais, resultando em um impacto positivo na vida de indivíduos e grupos vulneráveis.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada em assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC é não apenas uma medida necessária, mas também uma demonstração de compromisso com os profissionais e também com os usuários dos serviços desta secretaria. Essa iniciativa pode proporcionar um suporte fundamental na formulação de políticas eficazes, na capacitação da equipe, e na criação de campanhas de conscientização que atendam às necessidades específicas da comunidade. Além disso, a assessoria garante que os planos e ações estejam alinhados com as legislações vigentes e as melhores práticas do setor, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

Ao investir em assessoria especializada, a Secretaria reafirma seu papel na defesa dos direitos da população, contribuindo para um atendimento mais qualificado e humanizado, e fortalecendo a rede de proteção social em Mondaí. Isso não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também fortalece a confiança da comunidade na assistência social, impactando positivamente a vida de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade.

3.2. ESCOLHA DO FORNECEDOR (Art. 72, VI da Lei 14.133/2021):

A escolha da empresa CRESCER TREINAMENTOS LTDA como fornecedor para os serviços de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC foi fundamentada em critérios objetivos e fundamentais para garantir a eficácia e o sucesso do projeto.

Inicialmente, a empresa foi selecionada por sua idoneidade, não apresentando qualquer restrição que pudesse comprometer sua capacidade de execução do serviço contratado. Esse aspecto é essencial para garantir a confiabilidade e a integridade do processo de contratação, assegurando que a empresa atenda aos padrões éticos e legais necessários.

Um ponto crucial na decisão foi o perfil e a formação dos profissionais envolvidos na empresa. A profissional Roselaine Klaus Camatti é mestra em políticas sociais e dinâmicas regionais pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Ainda, possui graduação em serviço social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (2001). Atualmente é profissional autônomo - ROSELAINÉ KLAUS CAMATTI, sócia proprietária - ROSELAINÉ KLAUS CAMATTI e sócia proprietária – CRESCER TREINAMENTOS LTDA., atuando principalmente nos seguintes temas: habitação, assistência social, sistema único de assistência social, escuta especializada e proteção social básica.

Junto a comprovação técnica e justificativa da escolha do fornecedor foi angariada os seguintes atestados de capacidade técnica:

❖ Atestado de capacidade técnica – CMDCA Chapecó – atestou que a empresa CRESCER TREINAMENTOS LTDA possui capacidade técnica em capacitações, assessoria e consultoria no desenvolvimento de capacitação e elaboração do protocolo e fluxograma da rede de proteção do comitê de gestão colegiada da rede de cuidados e de proteção social de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e capacitação da rede municipal sobre escuta especializada e revelação espontânea com foco na identificação de sinais e sintomas de violência, totalizando 108 horas.

❖ Atestado de capacidade técnica – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Ipumirim – atestou que a empresa CRESCER TREINAMENTOS LTDA possui capacidade técnica em capacitação e supervisão técnica para conselheiros tutelares conforme previsão referente ao ECA no que tange as atribuições, medidas aplicadas, atuação no cotidiano do conselho tutelar e SIPIA CT.

❖ Atestado de capacidade técnica – Caxambu do Sul - atestou que a empresa CRESCER TREINAMENTOS LTDA possui capacidade técnica em capacitações, assessoria e consultoria no desenvolvimento de atividades vinculadas na assistência social, como capacitações com equipes técnicas de gestão, proteção social básica e especial de assistência social visando o aprimoramento da gestão da política de assistência social; planejamento estratégico de trabalho para PAIF e SCFV e elaboração de plano municipal de assistência social.

Ainda, seguem anexos outros atestados de capacidade técnica que corroboram a capacidade da empresa em prestar os serviços contratados, documentos estes emitidos pelos municípios de Nova Itaberaba e Água Doce.

Portanto, a escolha da empresa se justifica não apenas pela conformidade com os requisitos legais, mas também pela competência técnica, nota-se a capacidade para contribuir efetivamente nos termos estabelecidos no processo de contratação, e comprovando ainda a sua qualificação e expertise em prestar os serviços, garantindo que sejam técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização para assessoria.

3.2.1. OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PREENCHIDOS PELO CONTRATADO (Art. 72, V da Lei 14.133/2021):

O contratado é empresa do ramo, com capacidade para prestação dos serviços conforme solicitado, atendendo dessa forma, o interesse público.

Diante disso, foi angariada a documentação abaixo da empresa, para comprovar sua condição de habilitação no certame:

- a) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.
- b) – Cartão CNPJ da preponente, se for o caso, ou outro documento hábil que comprove a capacidade da mesma em prestar os serviços ou fornecer os objetos a serem contratados.
- c) - Prova de regularidade perante aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) - Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos da sede da licitante;
- e) - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante;
- f) - Prova de regularidade perante o FGTS através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida pela Caixa Econômica Federal;
- g) - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (site www.tst.jus.br);
- h)- Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- i) - Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU, da empresa participante, com data e expedição inferior a 30 (trinta) dias a data de abertura do Processo Licitatório. Disponível para ser emitida em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;
- j)- Declaração de inexistência de impedimentos (Anexo II);
- k) - Declaração de cumprimento de reserva de cargos (Anexo III).
- l) Atestados de Capacidade Técnica.
- m) Qualificação profissional dos responsáveis pela execução dos serviços, por meio de certificados.

3.3. JUSTIFICATIVA DO PREÇO (Art. 72, VII da Lei 14.133/2021:

O preço apresentado pela empresa, no valor de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), para prestação de serviço de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC, foi criteriosamente analisado e justificado de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 23 da Lei 14.133/2021, que regula as contratações realizadas pela Administração Pública.

Além do mais, ressalta-se o valor total é de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), no qual será pago em três parcelas (R\$ 8.400,00; R\$ 3.400,00 e R\$ 9.000,00) após a finalização do serviço de cada item.

A pesquisa de preços realizada demonstrou que o valor proposto pela empresa está em conformidade com o praticado no mercado. Consultas realizadas em outros órgãos e instituições confirmaram que o preço está alinhado com a média de mercado para serviços similares, conforme comprovações anexadas ao processo de contratação.

É relevante destacar que o objeto em questão foi de difícil localização, o que pode ter influenciado no processo de determinação do preço. No entanto, mesmo diante dessa dificuldade, o valor apresentado pela empresa se mostrou justo e adequado para a consecução do objeto.

Portanto, com base na pesquisa de preços realizada de acordo com a legislação vigente e na análise criteriosa do valor proposto pela empresa, conclui-se que o preço de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais) é justo e adequado para a contratação dos serviços de assessoria, garantindo assim a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos.

4. OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondai/SC.

4.1 DESCRIÇÃO DOS ITENS OBJETO:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUAN T	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSESSORIA *ITEM A) – 05/11/2024: Programa Municipal de Medidas Socioeducativas: formulação do Plano Decenal (2025/2034), Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico Socioeducativo. Esse item compreende 28 horas.	1	UN	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
2	ASSESSORIA *ITEM B) – 18/12/2024: Planejar as campanhas a serem desempenhadas pelas proteções/serviços e demais equipamentos da Secretaria de Assistência Social no ano de 2025. Esse item compreende 10 horas.	1	UN	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00
3	ASSESSORIA * ITEM C) – 22/11/2024, 04/12 E 06/12/2024: Ofertar apoio técnico ao Conselho Tutelar buscando melhorias e compreensão acerca da função desempenhada pelo Conselho Tutelar e a utilização do SIPIA CT. Esse item compreende 24 horas.	1	UN	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
				TOTAL:	R\$ 20.800,00

4.1. PRAZO DE EXECUÇÃO:

4.1.1. O início dos trabalhos ocorrerá no dia 05/11/2024 e tem término previsto no dia 18/12/2024.

A execução deverá seguir o cronograma abaixo estipulado.

*ITEM A) – 05/11/2024: Programa Municipal de Medidas Socioeducativas: formulação do Plano Decenal (2025/2034), Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico. 28 horas, sendo 8 horas presenciais e 20 horas home office.

*ITEM B) – 18/12/2024: Planejar as campanhas a serem desempenhadas pelas proteções/serviços e demais equipamentos da Secretaria de Assistência Social no ano de 2025. 10 horas presenciais.

*ITEM C) – 22/11/2024, 04/12 E 06/12/2024: Ofertar apoio técnico ao Conselho Tutelar buscando melhorias e compreensão acerca da função desempenhada pelo Conselho Tutelar e a utilização do SIPIA CT. 24 horas presenciais.

Caso a empresa não consiga executar os trabalhos dentro dos prazos estipulados, a mesma deverá realizar um pedido a Secretaria de Assistência Social, que avaliará a possibilidade da prorrogação.

5. CONTRATADA

5.1. **CRESCER TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.309.971/0001-95, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco - D, nº 565-D, Centro, Município de Chapecó/SC.

6. PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O valor total contratado é R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), a ser pago em três parcelas (R\$ 8.400,00; R\$ 3.400,00 e R\$ 9.000,00) após a finalização do serviço de cada item.

6.2. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de MONDAÍ, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas provenientes da contratação do objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2024:

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL MONDAÍ

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 005 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Projeto/Atividade: 2.140 – Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF

Código Reduzido: 10

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários (R\$ 3.484,74)

Fonte de Recursos: 1.661.0000.0006 - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Média Complexidade (R\$ 274,21)

Fonte de Recursos: 2.661.0000.0006 - SF - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Média Complexidade (R\$ 4.641,05)

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL MONDAÍ

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 004 – Gestão Descentralizada do SUAS

Projeto/Atividade: 2.160 – Assistência Social Geral

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 1.661.0000.0007 - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Incentivo à Gestão (R\$ 956,43)

Fonte de Recursos: 2.661.0000.0007 - SF - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Incentivo à Gestão (R\$ 2.443,57)

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 003 – Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA

Projeto/Atividade: 2.182 – Proteção à Criança em Situação de Risco

Código Reduzido: 50

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 2.759.7003.0000 – SF - Recursos Vinculados a Fundos - Transferências para o FIA – IR (R\$ 9.000,00)

8. DA VIGÊNCIA:

8.1. O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório será até o dia 31/12/2024, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual.

8.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

9.1.1. Convocar a licitante para assinatura do Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

9.1.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

9.1.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

9.1.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

9.1.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

9.1.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

9.1.7. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

9.1.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.9. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

9.1.10. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

9.1.11. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.2. São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

9.2.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

- 9.2.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;
- 9.2.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;
- 9.2.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 9.2.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;
- 9.2.6. Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;
- 9.2.7. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;
- 9.2.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
- 9.2.9. Promover, com a presença de representante da CONTRATANTE, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual;
- 9.2.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;
- 9.2.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela CONTRATANTE;
- 9.2.12. Prestar os serviços objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento;
- 9.2.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.
- 9.2.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.
- 9.2.14. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de São Miguel do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.
- 9.2.15. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem subrogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da CONTRATANTE.
- 9.2.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 9.2.17. A contratada deverá respeitar o prazo de garantia mínima do objeto e as condições de manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Teoria Geral dos Contratos.
- 9.2.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.2.20.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste certame, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

9.2.20. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

10. PENALIDADES:

10.1. O licitante/contratado, será responsabilizado administrativa pelas infrações descritas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

10.2. No caso de prática de qualquer infração prevista no art. 155 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas as sanções previstas no art. 156 da mesma lei.

11. FORO:

11.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto do presente Termo de INEXIGIBILIDADE, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de MONDAÍ/SC.

12. LEGISLAÇÃO APLICADA:

11.1. Aplica-se a este Termo de INEXIGIBILIDADE, nos casos omissos, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) Lei Orgânica do Município de MONDAÍ;
- d) Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;
- g) Lei Federal nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro;
- h) Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal;
- i) Lei Federal nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal;
- j) Lei Federal nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção; e,
- k) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.
- l) Decretos Municipais nº 5.987, 5.988, 5.989, 5.990, 5.991, 5.992 e 5.993, de 4 de setembro de 2023.

13. DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

13.1. A vista da exposição dos motivos acima, alicerçado no respaldo legítimo do Art. 75, Inciso III, c e f, da lei nº 14.133/2021, fica autorizada a contratação do respectivo objeto, adjudicado o presente Processo Licitatório em favor da **CRESCER TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.309.971/0001-95 e por consequência determino a emissão da Autorização de Fornecimento.

12.2. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, conforme Art. 72, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. O presente termo de inexigibilidade será publicado na sua integralidade, nos seguintes meios:
- I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
 - II - Página do Município de Mondaí - SC (www.mondai.sc.gov.br);
- 13.2. Terá seu extrato publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM)

Mondaí/SC, 11 de outubro de 2024.

MARCOS FELIPE DA SILVA
Secretário de Administração e Fazenda
Ordenador de Despesas

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2024
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2024**

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondai/SC.

1.2 Itens:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUAN T	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSESSORIA *ITEM A) – 05/11/2024: Programa Municipal de Medidas Socioeducativas: formulação do Plano Decenal (2025/2034), Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico Socioeducativo. Esse item compreende 28 horas.	1	UN	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
2	ASSESSORIA *ITEM B) – 18/12/2024: Planejar as campanhas a serem desempenhadas pelas proteções/serviços e demais equipamentos da Secretaria de Assistência Social no ano de 2025. Esse item compreende 10 horas.	1	UN	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00
3	ASSESSORIA * ITEM C) – 22/11/2024, 04/12 E 06/12/2024: Ofertar apoio técnico ao Conselho Tutelar buscando melhorias e compreensão acerca da função desempenhada pelo Conselho Tutelar e a utilização do SIPIA CT. Esse item compreende 24 horas.	1	UN	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
				TOTAL:	R\$ 20.800,00

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratar uma empresa para prestar serviços de assessoria para a formulação de Planos municipais, planejamento de campanhas e assessoria ao Conselho Tutelar traz diversas vantagens que podem ser cruciais para o sucesso do projeto. Empresas especializadas possuem conhecimento aprofundado nas áreas em que atuam, com uma visão externa e imparcial, elas podem auxiliar na formulação de planos de ação mais eficazes, alinhando os objetivos da organização com as demandas que a secretaria possui.

A contratação de uma empresa especializada para a Secretaria de Assistência Social é, portanto, um investimento estratégico que pode resultar em melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados e na vida da população atendida. Os profissionais da assistência social frequentemente lidam com uma carga de trabalho intensa, atendendo um

grande número de casos e demandas. A assessoria permite que eles deleguem a formulação de planos e estratégias, liberando tempo para o atendimento direto aos usuários. Com a formulação de planos e assessorias nas mãos de especialistas, os profissionais podem concentrar-se em suas funções primárias, como o atendimento, acompanhamento e suporte aos usuários, garantindo um serviço mais humano e eficaz.

Além disso, a contratação de profissional especializado, contribui para que os planos sejam eficazes, pois requerem análise de dados e informações complexas. Profissionais da assistência social podem não ter o tempo necessário ou a formação necessária para realizar essa análise com profundidade. Empresas especializadas trazem metodologias e ferramentas que garantem uma avaliação mais precisa das necessidades da comunidade. A assessoria ajuda a garantir que os planos sejam elaborados com rigor técnico e consistência, evitando falhas que poderiam comprometer a implementação. Isso resulta em intervenções mais eficazes e em melhores resultados para a população usuária dos serviços.

Outro ponto importante é que a assessoria especializada para profissionais que atuam na garantia dos direitos de crianças e adolescentes é de fundamental importância por diversas razões. As legislações que protegem os direitos de crianças e adolescentes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são complexas e em constante atualização. A assessoria ajuda os profissionais a se manterem informados sobre as mudanças e a aplicarem corretamente a legislação em sua prática. Muitas vezes, os profissionais precisam de capacitação contínua para lidar com situações específicas, como abuso, negligência ou situações de vulnerabilidade. Empresas especializadas podem oferecer treinamentos que aprimoram as habilidades e conhecimentos necessários para atender essas demandas. Em suma, a assessoria especializada fortalece a capacidade dos profissionais de garantir os direitos de crianças e adolescentes, contribuindo para intervenções mais eficazes e para um ambiente mais seguro e justo para essa população.

Por fim, o planejamento de campanhas de conscientização na assistência social é crucial para promover mudanças significativas e duradouras. Campanhas de conscientização ajudam a informar a população sobre os direitos e serviços disponíveis, capacitando indivíduos a buscar apoio e a entender melhor sua situação. Por este motivo o planejamento estratégico permite que as campanhas abordem questões específicas, promovendo mudanças de comportamento e atitudes em relação a temas como violência, abuso, inclusão e direitos humanos. Em resumo, o planejamento de campanhas de conscientização na assistência social é uma ferramenta poderosa para promover mudanças sociais, engajar a comunidade e fortalecer a atuação dos profissionais, resultando em um impacto positivo na vida de indivíduos e grupos vulneráveis.

Portanto, a contratação de uma empresa especializada em assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC é não apenas uma medida necessária, mas também uma demonstração de compromisso com os profissionais e também com os usuários dos serviços desta secretaria. Essa iniciativa pode proporcionar um suporte fundamental na formulação de políticas eficazes, na capacitação da equipe, e na criação de campanhas de conscientização que atendam às necessidades específicas da comunidade. Além disso, a assessoria garante que os planos e ações estejam alinhados com as legislações vigentes e as melhores práticas do setor, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

Ao investir em assessoria especializada, a Secretaria reafirma seu papel na defesa dos direitos da população, contribuindo para um atendimento mais qualificado e humanizado, e fortalecendo a rede de proteção social em Mondaí. Isso não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também fortalece a confiança da comunidade na assistência social, impactando positivamente a vida de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1. Diante dos desafios e necessidades específicas que surgem no ao longo do tempo, a contratação de uma empresa especializada para prestar serviços de assessoria na Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC emerge como a solução mais apropriada.

O principal objetivo da contratação de empresa especializada em assessoria é a elaboração e a implementação de políticas de assistência social mais eficazes. Além disso a oferta de assessoria para a equipe técnica, conselho tutelar e demais profissionais da Secretaria de Assistência Social proporciona autonomia dos serviços e qualificação dos mesmos.

A contratação de uma empresa especializada em assessoria é uma estratégia que visa otimizar recursos, melhorar a eficiência dos serviços e promover um atendimento mais qualificado à população usuária dos serviços. Com a implementação das especificações e condições mencionadas, espera-se alcançar resultados significativos e sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento social dos profissionais e da comunidade atendida.

A contratação de uma empresa de assessoria também reflete o compromisso da gestão pública com a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Demonstra uma preocupação legítima em garantir que os planos e serviços obtenham resultados positivos, visando sempre o interesse da população usuária dos serviços.

Dessa forma, dada a complexidade do desafio, a necessidade de experiência técnica, e o compromisso com a qualidade dos serviços, a contratação de uma empresa especializada em assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC se apresenta como a escolha mais robusta e eficiente para alcançar os objetivos desejados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

4.1. Para que a contratação ocorra de forma satisfatória é necessário que a empresa cumpra com todas as exigências previstas no termo de inexigibilidade e que desempenhe atividade pertinente ou compatível com o objeto deste certame

4.2. Por tratar-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, buscou-se a contratação de empresa do ramo, com profissional gabaritado, experiente, que executa serviços similares, sendo especializado, atendendo o interesse e necessidade pública da contratação.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. O início dos trabalhos ocorrerá no dia 05/11/2024 e tem término previsto no dia 18/12/2024.

A execução deverá seguir o cronograma abaixo estipulado.

***ITEM A) – 05/11/2024:** Programa Municipal de Medidas Socioeducativas: formulação do Plano Decenal (2025/2034), Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico. 28 horas, sendo 8 horas presenciais e 20 horas home office.

***ITEM B) – 18/12/2024:** Planejar as campanhas a serem desempenhadas pelas proteções/serviços e demais equipamentos da Secretaria de Assistência Social no ano de 2025. 10 horas presenciais.

***ITEM C) – 22/11/2024, 04/12 E 06/12/2024:** Ofertar apoio técnico ao Conselho Tutelar buscando melhorias e compreensão acerca da função desempenhada pelo Conselho Tutelar e a utilização do SIPIA CT. 24 horas presenciais.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado.

5.3. Os serviços entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela licitante vencedora, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

5.4. O pedido será realizado e enviado pelo setor requisitante ao contratado.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 5.988/2023, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Mondai/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.3. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. 6.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. 7.1.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. O pagamento será efetuado em até 30 dias após confirmado o recebimento a aceite da secretaria requisitante da Nota Fiscal, em moeda corrente nacional.

7.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal está preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, endereço, nome da contratada, dados bancários na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, sem ônus ao contratante.

7.2.3. Conforme decreto municipal 5.890/2023, e IN RFB nº 1.234/2012, a partir de 01/06/2023 TODAS AS EMPRESAS ESTÃO OBRIGADAS A DESTACAR O IMPOSTO DE RENDA nas notas fiscais emitidas. OBS: não estarão sujeitas à retenção de IR as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL e MEI.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e qualificação técnica previstos no termo de inexigibilidade.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

9.1. O valor para a contratação é de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), que será pago em três parcelas (R\$ 8.400,00; R\$ 3.400,00 e R\$ 9.000,00) após a finalização do serviço de cada item.

9.2. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 5.987/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Mondai/SC, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. O preço apresentado pela empresa, no valor de R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), para prestação de serviços de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondai/SC, foi criteriosamente analisado e justificado de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 23 da Lei 14.133/2021, que regula as contratações realizadas pela Administração Pública.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL MONDAÍ

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 005 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Projeto/Atividade: 2.140 – Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF

Código Reduzido: 10

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários (R\$ 3.484,74)

Fonte de Recursos: 1.661.0000.0006 - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Média Complexidade (R\$ 274,21)

Fonte de Recursos: 2.661.0000.0006 - SF - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Média Complexidade (R\$ 4.641,05)

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL MONDAÍ

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 004 – Gestão Descentralizada do SUAS

Projeto/Atividade: 2.160 – Assistência Social Geral

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 1.661.0000.0007 - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Incentivo à Gestão (R\$ 956,43)

Fonte de Recursos: 2.661.0000.0007 - SF - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Incentivo à Gestão (R\$ 2.443,57)

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 003 – Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA

Projeto/Atividade: 2.182 – Proteção à Criança em Situação de Risco

Código Reduzido: 50

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 2.759.7003.0000 – SF - Recursos Vinculados a Fundos -
Transferências para o FIA – IR (R\$ 9.000,00)

11. DO CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

11.1. Por ser uma compra de valor considerável, optou-se pela celebração de Contrato, sendo que todas as disposições nesse presente termo vinculam as partes.

Mondaí/SC, 11 de outubro de 2024.

KELY MUELLER
MATRÍCULA Nº 4750

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2024

O **MUNICÍPIO DE MONDAÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representado pelo Secretário de Administração e Fazenda, Senhor, **MARCOS FELIPE DA SILVA**, CPF n.º, RG n.º, residente e domiciliado no **Município de Mondaí/SC**, com competência delegada como Ordenador de despesas da unidade gestora, conforme Decreto n.º 5.288 de 02/01/2021, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, sita à Rua, cidade de, Estado de, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representado pelo seu Sócio Proprietário/Procurador, Senhora, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º, a seguir denominada CONTRATADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Fornecimento que se regerá pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores vigentes, e preceitos do Edital de Licitação na Modalidade de Inexigibilidade n.º 008/2024, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este Contrato tem como origem o Processo Licitatório n.º 120/2024, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC.

1.2. Integram e completam o presente Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Termo de Inexigibilidade n.º 008/2024, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. Pelo objeto ora adquirido, a CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA, conforme abaixo discriminado:

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSESSORIA *ITEM A) – 05/11/2024: Programa Municipal de Medidas Socioeducativas: formulação do Plano Decenal (2025/2034), Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico Socioeducativo. Esse item compreende 28 horas.	1	UN	R\$ 8.400,00	R\$ 8.400,00
2	ASSESSORIA *ITEM B) – 18/12/2024: Planejar as campanhas a serem desempenhadas pelas proteções/serviços e demais equipamentos da Secretaria de Assistência Social no ano de 2025. Esse item compreende 10 horas.	1	UN	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00
3	ASSESSORIA * ITEM C) – 22/11/2024, 04/12 E 06/12/2024: Ofertar apoio técnico ao Conselho Tutelar buscando melhorias e compreensão acerca da função desempenhada pelo Conselho Tutelar e a utilização do SIPIA CT. Esse item compreende 24 horas.	1	UN	R\$ 9.000,00	R\$ 9.000,00
				TOTAL:	R\$ 20.800,00

2.2. De acordo com a proposta vencedora no valor total de R\$ (), conforme as autorizações de fornecimento que passarão a ser integrantes deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

3.1. Dos Recursos Orçamentários:

3.1.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL MONDAÍ

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 005 – Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Projeto/Atividade: 2.140 – Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF

Código Reduzido: 10

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 1.500.0000.0000 - Recursos Ordinários (R\$ 3.484,74)

Fonte de Recursos: 1.661.0000.0006 - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Média Complexidade (R\$ 274,21)

Fonte de Recursos: 2.661.0000.0006 - SF - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Média Complexidade (R\$ 4.641,05)

Entidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL MONDAÍ

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 004 – Gestão Descentralizada do SUAS

Projeto/Atividade: 2.160 – Assistência Social Geral

Código Reduzido: 7

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 1.661.0000.0007 - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Incentivo à Gestão (R\$ 956,43)

Fonte de Recursos: 2.661.0000.0007 - SF - Transferência Fundo a Fundo Social - Estadual - FEAS - Incentivo à Gestão (R\$ 2.443,57)

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 003 – Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA

Projeto/Atividade: 2.182 – Proteção à Criança em Situação de Risco

Código Reduzido: 50

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 2.759.7003.0000 – SF - Recursos Vinculados a Fundos - Transferências para o FIA – IR (R\$ 9.000,00)

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total contratado é R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais), a ser pago em três parcelas (R\$ 8.400,00; R\$ 3.400,00 e R\$ 9.000,00) após a finalização do serviço de cada item.

4.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

4.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, descrição completa conforme a autorização de fornecimento (objeto, quantidade, marca e demais elementos que permitam sua perfeita identificação), bem como informar os dados de CNPJ da licitante vencedora, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

4.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: e-nota@saomiguel.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

4.5. A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

4.6. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1. A concessão de revisão ou recomposição, reajuste, e repactuação dos preços se dará na forma da legislação vigente.

5.1.1. Os prazos para resposta ao pedido de repactuação de preços e de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 05 dias úteis, a contar da data do recebimento do pedido.

5.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irreajustáveis em período inferior a 12 (doze) meses, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo IPCA após o período citado com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 6.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 6.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

6.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 6.2 do presente Edital.

6.5. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em razão da Lei Federal nº 13709/18.

6.6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada à CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, em virtude da em razão da Lei Federal nº 13709/18.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

7.1. Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

7.2. A extinção do contrato poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

7.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

7.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

7.3. A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do contrato decorrente deste procedimento licitatório será até o dia 31/12/2024, contados a partir da data da emissão do instrumento contratual.

8.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o Anexo I, Termo de Referência do Edital.

9.2. O objeto licitado deverá ser entregue pela licitante pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

9.3. O prazo máximo para a entrega do objeto da licitação será definido na Autorização de Fornecimento.

9.4. O objeto do presente contrato será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a contratada de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA, além de outras inerentes ou decorrentes da presente contratação:

10.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos,

inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

10.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato (quando existente), Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado;

10.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

10.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

10.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

10.1.6. Atender aos chamados da CONTRATANTE, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato;

10.1.7. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio da CONTRATANTE, o qual, caso haja, será dado por escrito;

10.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

10.1.9. Promover, com a presença de representante da CONTRATANTE, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual;

10.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina;

10.1.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela CONTRATANTE;

10.1.12. Prestar os serviços objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento;

10.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

10.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

10.1.14. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de São Miguel do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

10.1.15. A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem subrogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato, sem o prévio e expreso consentimento da CONTRATANTE.

10.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.

10.1.17. A contratada deverá respeitar o prazo de garantia mínima do objeto e as condições de manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo I, Termo de Referência do Edital, ou quando da omissão desta informação, de acordo com o Teoria Geral dos Contratos.

10.1.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.19. A contratada deverá prestar garantia, de no mínimo, 12 (doze) meses para os serviços realizados e de, no mínimo, 06 (seis) meses para os materiais utilizados na sua execução, contados do certificado da Nota Fiscal ou Recebimento dos serviços.

10.1.20.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto deste certame, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

10.1.20. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo I, Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

11.1. Uma vez homologado o processo ou, conforme o caso, firmada a contratação, o Município se obriga a:

11.1.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento, a contar da notificação.

11.1.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

11.1.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

11.1.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

11.1.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas com o objeto do presente Edital.

11.1.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

11.1.7. Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

11.1.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.9. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.1.10. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATANTE com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

11.1.11. A CONTRATANTE se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Aos casos omissos se aplicarão ao contrato os preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

12.4. É vedado à licitante vencedora caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

12.5. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos prazos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da data de sua assinatura.

12.6. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras Decreto Municipal nº 5.988/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7. A gestão do contrato ficará a cargo [...].

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por [...] fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s).

15.4. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de Mondaí/SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

13.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em via digital com assinatura eletrônica em todas as páginas para todos os fins de direito, com anuência de 2 (duas) testemunhas.

Mondaí-SC, de de 2024.



MUNICÍPIO DE
MONDAÍ

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATANTE

CNPJ/MF N° 83.028.415/0001-09.

.....

CONTRATADA

CNPJ/MF N°

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), assumindo a responsabilidade de comunicar imediatamente a Administração Pública no caso de incorrer:

- a) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria ([art. 9º, § 1º](#));
- b) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, I c/c § 3º](#));
- c) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários ([art. 14, II](#)). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico ([art. 14, § 3º](#));
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta ([art. 14, III](#));
Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ([art. 14, § 3º](#)).
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, IV](#));
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações](#), concorrendo entre si ([art. 14, V](#));
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista ([art. 14, VI](#));

- h)** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 ([art. 14, § 5º](#));
- i)** É impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada ([art. 15, IV](#));
- j)** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ([art. 48, p. ú.](#));
- k)** Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 122, § 3º](#)).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(NOME COMPLETO – CNPJ/CPF)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS

_____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____,
DECLARA, nos termos do [art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021](#), que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(NOME – CNPJ/CPF)

ANEXO V

MODELO EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2024

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 008/2024

O Município de Mondaí – SC, através do Fundo Municipal de Educação/FME, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir da Secretária de Educação, Ordenadora de Despesa, torna público a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 120/2024, IL nº 008/2024 e, com fulcro no Art. 74, Inciso III, c e f, da Lei nº. 14.133/2021, conforme segue:

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria para a Secretaria de Assistência Social de Mondaí/SC.

CONTRATADA: **CRESCER TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.309.971/0001-95.

VALOR: R\$ 20.800,00 (vinte mil e oitocentos reais).

Mondaí/SC, Data

MARCOS FELIPE DA SILVA
Secretário de Administração e Fazenda
Ordenador de Despesas